

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.768.034 - SP (2020/0253477-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : MANOEL MORENO BILTGE  
**AGRAVANTE** : DEBORAH MONTE BILTGE  
**ADVOGADOS** : MANOEL MORENO BILTGE (EM CAUSA PRÓPRIA) E  
OUTRO - SP144642  
DÉBORAH MONTE BILTGE - SP253844  
**AGRAVADO** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADOR** : AUGUSTO RODRIGUES PORCIUNCULA E OUTRO(S) -  
SP328673  
**INTERES.** : SUELENE DE FATIMA FRANCOIA MOLINA  
**INTERES.** : AGNALDO APARECIDO BARCARO  
**INTERES.** : ANTONIO LULA DE FIGUEIREDO JUNIOR  
**INTERES.** : CARLOS ALBERTO FERRACCIU PAGOTTO  
**INTERES.** : CARLOS ALBERTO RELLO  
**INTERES.** : CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA  
**INTERES.** : EDISON CLAUDIO FONSECA  
**INTERES.** : ERMINIO DE FREITAS JUNIOR  
**INTERES.** : ESTEVAM NAVARRO FILHO  
**INTERES.** : HELIANE FURQUIM  
**INTERES.** : IRACEMA APARECIDA DIAS DE OLIVEIRA DO PRADO  
**INTERES.** : JOMER LUIZ DA SILVA  
**INTERES.** : JOSE CARLOS DE FIGUEIREDO  
**INTERES.** : LEILA EDICELMA DA CRUZ  
**INTERES.** : MARCELO VINICIUS DE CASTRO  
**INTERES.** : MARIA DO CARMO BORGONALIN  
**INTERES.** : MARIA EFIGENIA MACIEL SCAFI  
**INTERES.** : MIGUEL LUIS BATISTA DE OLIVEIRA  
**INTERES.** : ONEDES FALCADE DA CRUZ  
**INTERES.** : REGINA HELENA CARREIRO MATAZO  
**INTERES.** : RENATO COSTA NEVES  
**INTERES.** : RICARDO BORTOLIN  
**INTERES.** : RICHARD DESMONTS DA SILVA  
**INTERES.** : SERGIO ROBERTO SANRROMAO  
**INTERES.** : SILVANA APARECIDA NODARI  
**INTERES.** : SILVIA CELINA DA SILVA  
**INTERES.** : SILVIA VALERIE DE SOUZA  
**INTERES.** : UMBERTO RUIZ  
**INTERES.** : VALMIR EDUARDO GRANUCCI  
**INTERES.** : VALDEMIR DOS SANTOS

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por MANOEL MORENO

BILTGE e OUTRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AÇÃO RESCISÓRIA DE SENTENÇA CONDENAÇÃO DO ESTADO AO RECÁLCULO DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO DOS AUTORES DA AÇÃO DE ORIGEM FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS EM R 80000 PRETENSÃO FUNDADA NO ART 966 INC V DO CPC15 INEXISTÊNCIA DE MANIFESTA VIOLAÇÃO A NORMA JURÍDICA SUFICIENTE A ENSEJAR AÇÃO RESCISÓRIA PRETENSÃO DE REDISCUTIR A JUSTIÇA DA DECISÃO DESCABIMENTO AÇÃO EXTINTA SEM ANÁLISE DE MÉRITO NOS TERMOS DO ART 485 IV (AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL) DO NCPC.

Alega violação dos arts. 20, § 3º, a, b e c, e § 4º e 966, V, do CPC, sob o fundamento de que cabe ação rescisória quando há inobservância do regramento objetivo na fixação dos honorários advocatícios, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Fundamentado no art. 105, III, letras a da Carta Magna, este recurso está sendo interposto por contrariedade ao art. 966, V, do CPC, tendo em vista que o acórdão rescindendo havia violado manifestamente a norma do art. 20, § 3º, a, b e c, e § 4º do CPC (fls. 153).

Extinguindo a ação rescisória sem o julgamento do mérito, proposta contra acórdão que fixara honorários sem observar o regramento objetivo, do art. 20, § 3º, a, b e c, e § 4º do CPC, especialmente quanto "a) o grau de zelo do profissional; b) o lugar da prestação do serviço; c) a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço", o acórdão recorrido contrariou o disposto no inciso V do art. 966, do CPC (fls. 153).

De fato, como vimos, em primeiro grau os honorários foram fixados nestes termos: "Arcará a ré com o reembolso das custas e despesas processuais, além do pagamento de honorários advocatícios que fixo em R500,00" (fls. 153).

O v. acórdão, por sua vez, assim declarou:

"Nessas circunstâncias, tendo em vista que os autores decaíram em parte mínima do pedido, a ré responderá integralmente pela sucumbência, nos termos do artigo 21 do C.P.C., fica mantida a verba honorária arbitrada pela r. sentença, pois fixada de acordo com o artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil,

considerando a natureza da causa e o trabalho realizado. Diante desse quadro, só resta o desprovimento do recurso dos autores" (fls. 153/154).

Verifica-se, pois, que o acórdão rescindendo, tal qual a sentença que substituiu sem alteração, fixou os honorários sem qualquer fundamentação quanto ao regramento objetivo previsto no Código. Entretanto, o acórdão recorrido concluiu que nenhuma norma fora manifestamente violada pelo acórdão rescindendo, que teria fixado os honorários segundo os requisitos legais (art. 20, § 4º do CPC, que era a norma aplicável à hipótese), não dando lugar, pois, à ação rescisória com base no inciso V do art. 966 do CPC, tendo, por isso, extinguido o processo sem o julgamento do mérito, por falta de cabimento (fls. 154).

Não é isso, conforme foi visto, o que diz o Código, mas sim que os honorários devem ser fixados nos termos não só do § 4º, mas também com base no § 3º a, b e c, ambos do art. 20 do CPC. Diz também a jurisprudência pacífica do STJ a decisão que fixa honorários sem a observância das regras objetivas do art. 20, § 3º, a, b e c, e § 4º do CPC dá ensejo à ação rescisória com fundamento no art. 966, V, do CPC, que é o caso dos autos (fls. 154).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Bem analisado os autos, não se vislumbra dos autos a hipótese do inciso V, do art. 966, do CPC. Não há como sustentar que a sentença que se busca rescindir, violou “manifestamente norma jurídica” (inciso V, do art. 966, do CPC).

Ao fundar a ação no referido dispositivo legal, os Autores necessitavam, segundo a melhor doutrina, demonstrar a violação de “norma jurídica” da seguinte forma, a saber 1 : “A decisão de mérito transitada em julgado que não aplicou a lei ou a aplicou incorretamente é rescindível com fundamento no CPC 966, V, exigindo-se agora, de forma expressa, que tal violação seja visível, evidente ou, como certa vez se manifestou o STJ a respeito, pressupõe que “é a decisão de tal modo teratológica que consubstancia o desprezo do sistema de normas pelo julgado rescindendo” (STJ, 3.ª Seção, AR 2625-PR, rel. Min. Sebastião Reis Junior, rel. p/ acórdão Min. Marco Aurélio Bellizze, j. 11.9.2013, DJUE 1º.10.2013)”.

É neste ponto que se verifica a interpretação equivocada dada pelos Autores ao texto da sentença. Ainda que não conste expressamente daquele julgado, o dispositivo utilizado para a condenação da Fazenda do Estado ao pagamento de honorários aos patronos dos Autores daquela ação é o § 4º do art. 20, do Código de Processo Civil.

Os honorários de sucumbência, pagos pela parte perdedora ao advogado daquela que venceu a causa, são fixados pelo juiz de acordo com as regras do artigo 20 do CPC. Em geral, ficam entre 10% e 20% do valor da condenação. Nas situações previstas no parágrafo 4º, porém, “os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz”, levando em conta o trabalho realizado e o tempo exigido, o grau de zelo, o local do serviço, a natureza e a importância da causa.

A norma a ser aplicada à espécie, indubitavelmente, é a do § 4º do art. 20 do CPC (“apreciação equitativa do juiz”), podendo o juiz levar em consideração o valor atribuído à causa, embora não esteja adstrito nem vinculado a ele (fls. 131/132).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente